

A máscara de Emílio

4

Deniz Alcione Nicolay*

Resumo: Este artigo, redigido em tom ensaístico, trata da identidade infantil presente na obra *Emílio ou Da Educação*, de Jean-Jacques Rousseau. Nesse sentido, procura vislumbrar aquilo que existe por detrás da escrita do autor de *Emílio*, ou seja, o Eu de sua própria escritura. Utiliza ferramentas conceituais da filosofia de Friedrich Nietzsche, a fim de avaliar a constituição valorativa de tal obra no que concerne à infância. Uma infância que se estabelece como o polo condutor de toda a pedagogia moderna, pois supera as narrativas anteriores como a *Didática magna*, de Comenius. Em relação à moral, a obra de Rousseau instaura um novo momento na civilização ocidental, aquele que faz do ser infantil o sujeito cidadão da modernidade. Portanto, desenvolve-se no artigo a textura de uma máscara que encontra na linguagem a fórmula pulsante de sua expressão.

Palavras-chave: Infância. Máscara. Rousseau. Emílio.

Abstract: This article, written in tone essay, treat of the children identity present in the work *Emily or Of Education*, of Jean-Jacques Rousseau. In that sense, search to glimpse that exist for behind of the writing author of *Emily*, or in other words, the "I" of the his own deed. To use tools concepts of the philosophy from Friedrich Nietzsche relation of the to value the constitution values of such work in that concerning the childhood. One childhood that to establish as the pole conductor of the Modern Pedagogy, then outmoded the narratives formers as the *Great Didactic*, of Comenius. In whith reference to moral, the work of the Rousseau set up one moment new in the civilization western, that to make of the be children the subject citizen of Modernity. So, to develop in the article the texture of one mask as to come across in language the pulsation formula of the his expression.

Keywords: Childhood. Mask. Rousseau. Emily.

* Professor graduado em Pedagogia. Mestre em Educação. Atualmente é doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU/UFRGS), tendo como orientadora a Profa. Dra. Sandra Mara Corazza. E-mail para contato: deniznicolay@yahoo.com.br



Introdução

O *Emílio*, de Rousseau, escreve cada vez melhor. Ele é como o personagem da *Alegoria da Caverna*, de Platão, que quebra as correntes da escravidão e nos convida a observar, lá fora, as luzes da razão. Existe, assim, uma trajetória que leva tal personagem a se deslocar de um fundo obscuro, caótico, úmido, frio e inconsciente para o caminho da claridade de si mesmo. Tal claridade é fruto das energias solares e, portanto, externas ao sentido de si próprio, como se a mão de um destino supremo precisasse resgatar em cada ser uma espécie de bem comum ou a centelha de uma luminosidade universal. Entretanto, essa centelha não é dada de antemão, mas conquistada por árduo esforço, por um caminho imprevisível e em constantes transformações, cujos riscos podem levar à desintegração do próprio personagem. Mas, para evitar que voltemos ao pó da terra, como personagem de si mesmos que somos, nunca seguimos sozinhos nas intempéries daquilo que chamamos *destino*. Talvez não sejamos ainda suficientemente fortes para descobrir o que havia no fundo, sem fundo, da caverna de cada um.

É por isso que *Emílio* escreve cada vez melhor; e escreve sobre seu próprio corpo para fazê-lo uma multiplicação indefinida de palavras, sustentando, dessa forma, o seu próprio eu. São palavras que pretendem anular as palavras já ditas, a fim de que surja, do verbo na primeira pessoa, uma voz trêmula, totalmente liberada da vaidade dos homens. Observe-se a antipatia pela literatura: “A literatura e o saber de nosso século tendem muito mais a destruir do que [á] edificar.” (ROUSSEAU, 2004, p. 4). Porém, essa é uma voz que tem a coragem de dizer de si mesmo, de falar de seus segredos mais recônditos, de sua interioridade, como se nascesse a cada linha escrita por Rousseau. Mas não era *Emílio* quem escrevia? Sim, ele escreve porque é convertido num imenso conjunto de folhas escritas, porque ganha total independência de seu preceptor, a ponto de desenvolver aquilo que podemos chamar autoconsciência. Então, *Emílio* é livre para pensar, para escrever sua própria trajetória pessoal, numa linguagem simples e original como uma paisagem bucólica. Por isso, continua a escrita, a escrever quando lemos *Emílio*, já que ela nos envolve, nos seduz, nos alegra e, assim, *Emílio* não está mais distante na imaterialidade da escrita, mas muito próximo de nós mesmos, na materialidade dos corpos, porque todos fomos (e ainda somos) emilianos de nascimento.



Trata-se, sem dúvida, de um imenso romance pedagógico, de uma verdadeira odisseia da infância, com a diferença de que, na *Odisseia*, de Homero, por exemplo, Ulisses volta para casa. Ao contrário, a infância de Emílio é infinita, uma errância em que não há um destino onde chegar, muito menos a possibilidade de voltar ao ponto de partida. O ponto de partida, nesse caso, seria como uma vontade de regressar lentamente para o fundo da caverna platônica e, de lá, encontrar uma resposta plausível ao seu grande drama existencial: *Quem sou eu?* É essa procura de si próprio que leva um cidadão chamado Rousseau a escrever na primeira pessoa, numa linguagem direta e sentimental. Linguagem que precisa negar toda e qualquer referência ao já escrito, ao já dito, àquilo que, por exemplo, já se sabe sobre a infância e afirmar: “Não se conhece a infância; no caminho das falsas idéias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido.” (ROUSSEAU, 2004, p. 4). Por isso, a infância de Emílio é assim ao natural, pura, original, inocente, ela nasce de um profundo projeto de emancipação, de uma vontade de dizer a verdade na primeira pessoa, de uma linguagem que prolifera sobre si mesma. Emílio, ou a infância, converte-se em linguagem.

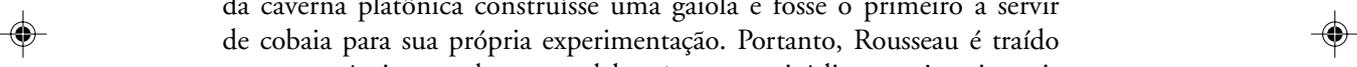


Mas na escritura desse romance ao natural, Rousseau julgou que a folha estivesse totalmente branca, lisa, sem nenhum vestígio de saber, tampouco qualquer juízo de valor. Para isso, ele fez calar a mentira da literatura que só dizia de narrativas engenhosas, que contava na terceira pessoa, e que desconhecía a realidade do sujeito de sua época. Ele negou o saber dos médicos: “Vive de acordo com a natureza, sê paciente e expulsa os médicos.” (ROUSSEAU, 2004, p. 4). Ele fugiu da casta dos filósofos e foi para o bosque perdido escrever em meio às plantas e aos animais. Escrevendo sobre a folha, que julgava branca, ele encontrava um puro alívio, um desprender-se de si mesmo para encarnar o eu de sua própria escritura e, assim, distanciar-se de tudo aquilo que o atormentava. Tormentos que, entretanto, pareciam sem fim, pois Rousseau escreveu interminavelmente numa tentativa de dar voz às palavras, quando essa voz se esvaziou na realidade, e seu sentido tornou-se obsoleto. Por isso, ele precisou resgatar de um fundo profano o eu de si mesmo, antes que esse tivesse a certeza de sua total *in-existência*, de sua fragilidade, de sua inquietude, de sua *in-consciência* de tudo aquilo que é real, carnal. A escrita, então, se converte em carne, e a carne se converte em escrita, brilhante fórmula de um “ascetismo sacerdotal”. (NIETZSCHE, 1998, p. 87).





Porém, a folha sobre a qual escrevia Rousseau não estava totalmente em branco. Havia sobre o papel uma camada de pó da oratória clássica, que, vez por outra, lembrava um Cícero ou um Demóstenes falando aos seus discípulos. Misturada a essa camada, havia ainda certo gosto pietista pela escrita biográfica, tão apreciada pelos leitores de sua época. Mas havia, principalmente, certo eu soberano que se convertia, cada vez mais, na própria escritura de Rousseau, na medida em que esse se desprendia de seu próprio corpo e se tornava um despossuído de si mesmo. Esse eu soberano não era mais seu autor, nem a ele pertencia, mas estava difuso em todo o presente da palavra que se dizia na primeira pessoa. Ele era, portanto, algo excessivamente gregário, de todos e de cada um, algo que nos faz existir numa escrita e num tempo definidos. Ele era, assim, algo chamado *consciência*, ou ainda, *identidade de si mesmo*. Por meio dessa consciência, desse eu soberano da escrita de Rousseau ouvimos dizer: “A arte de julgar e a arte de raciocinar são exatamente o mesmo.” (ROUSSEAU, 2004, p. 280). Pronto! É como se o pensamento tivesse uma única forma e se expressasse num único sentido, como se o antigo personagem da caverna platônica construísse uma gaiola e fosse o primeiro a servir de cobaia para sua própria experimentação. Portanto, Rousseau é traído por seu próprio eu soberano e dele não conseguirá livrar-se jamais, pois sempre acabará retornando a um mesmo ponto de partida, mas sem saber em que águas navegar.



Rousseau e a infância

Assim são Emílio e a infância: um preso no outro pela criação de uma consciência existencial, que diz do infantil exatamente tudo aquilo que dele gostaríamos de saber, sem nenhum pudor pelo verbo na primeira pessoa. Aliás, fala justamente para quem poderia estar mais interessado: “É a ti que me dirijo, terna e previdente mãe, que soubeste afastar-te da estrada principal e proteger o arbusto nascente do choque das opiniões humanas!” (ROUSSEAU, 2004, p. 7-8). Rousseau reivindica para o seu *Emílio* o direito de dizer a verdade sobre a infância e, com isso, de dizê-la de uma única forma e numa única direção, como se nada antes ou depois de sua obra pudesse ultrapassar aquilo que definiu como o início de toda a trajetória de formação. Uma formação, contudo, sem nenhum destino certo para chegar, pois o preceptor genialmente coloca essa decisão, essa vontade de cidadão autônomo, essa liberdade regulada nas



mãos de seu discípulo predileto, um fantoche de nome Emílio. Então, Emílio deve ser protegido, amparado, cuidado, codificado, analisado, pedagogizado, estudado, respeitado, orientado, educado, disciplinado, amado, valorizado, entendido, alimentado, aquecido; e muitas outras palavras ditas ou escritas, ouvidas ou lidas na lista individual que cada um carrega consigo e as usa como bem-entender. A infância prolifera, nesse sentido, numa necessidade imperiosa de palavras, de atributivos, de designativos, presos num único polo existencial identificado como o ser infantil.

Um ser infantil que deve ser colocado sob todas as suspeitas, uma vez que sua existência é definida por um punhado de coisas escritas. Coisas da infância, por exemplo, que dizemos uns para os outros e que continuaremos a dizer como se fossem a mais pura verdade. Talvez tenhamos que suspeitar da autoridade de uma escrita sentimental, direta e subjetiva, como a escrita de Rousseau. Talvez tenhamos que exorcizar um demônio que se converteu no mais piedoso dos mortais, porque nos ensinou a amar e a proteger de um jeito diferente seres tão inocentes como os infantis. E, nesse amor, nos fez crer novamente num Deus que já havia morrido: “A ‘razão’ na linguagem: oh! Mas que velha matrona enganadora! Eu temo que não venhamos a nos ver livres de Deus porque ainda acreditamos na gramática.” (NIETZSCHE, 2000, p. 29). Por isso, passamos a acreditar naquilo que um genebrino, meio cristão e meio grego, escreveu sobre a infância, pois buscamos nessa infância uma forma de amenizar nossa própria ferida existencial. Buscamos, ainda, uma espécie de mundo perdido, um paraíso para o qual todos querem retornar. Mas esse saudosista da razão, chamado Rousseau, não nos ensinou a arte da suspeita. A arte de suspeitar de nós mesmos e de tudo aquilo que a linguagem (mera convencionalidade) criou para afastar o medo do desconhecido. Nesse sentido, devemos suspeitar de um Emílio que se diz o ser da infância.

Ora, Emílio na obra de Rousseau é como uma pele ou um rosto, na medida em que encarna, pela linguagem, uma espécie de eu substancial. Ele não é apenas um personagem que existe por trás da linguagem, mas na linguagem; e dela depende unicamente sua própria sobrevivência. Porém, a linguagem é algo pouco confiável, porque se converte muito rapidamente em clichê, em repetição do já dito e do já escrito, em desuso por sua caducidade, como produto cultural que se define num tempo específico. Por isso, ela deve ser desmascarada daquilo que fortalece sua própria segurança, seu sentido de dizer a verdade como



se fosse uma entidade metafísica indiscutível. O ser da linguagem e sua representação são as prisões da língua, pois fixam a presença de qualquer forma de conteúdo subjacente às formas de expressão numa mesma raiz identitária, fazendo, com isso, com que a escrita tenha uma única convergência e, também, uma única direção. Desmascarar *Emílio*, portanto, é fazer girar esse centro fixo de convergência para que ele possa divergir de si próprio, variando continuamente sua direção. Nesse sentido, a pele de *Emílio* não é mais do que uma vestimenta usada para determinada finalidade. Seu rosto, não é mais do que uma máscara que esconde uma profunda inquietude, uma procura de si mesmo, um vazio existencial deixado por um gesto de liberdade de alguém chamado Jean-Jacques.

O mesmo Rousseau que se atreveu a começar o seu *Emílio* dizendo: “Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem.” (ROUSSEAU, 2004, p. 7). Entretanto, devemos perguntar: Quem é esse que atribui um julgamento moral de bom ao autor das coisas e de mau ao homem? O que quer essa vontade de negação da realidade? Esse que diz de si mesmo: “Eu sou bom” (DELEUZE, 1976, p. 99), que se glorifica como aquele que transborda o seu próprio poder, como alguém capaz de criar valores que serão aceitos por todos, porque se convertem em princípios éticos afirmativos; ele é também um ser profundamente agressivo. Um ser que poderíamos chamar *Deus*, infantil ou a própria gramática, enquanto única linguagem do ser que se diz nessa linguagem. Nesse sentido, a positividade de sua afirmação está na premissa inicial, uma vez que essa define uma certeza fundamental em torno de sua própria existência. Algo de que é impossível discordar e, até mesmo, de perder em meio às vicissitudes do tempo. Não se perde porque é algo que “é” naturalmente sem nenhuma determinação exterior e, com isso, produz certo poder de plenitude, como se nada pudesse refutá-lo. Trata-se, portanto, de uma narrativa de fundação, de uma raiz que fixa no terreno da linguagem a verdade que se diz sobre ela e, assim, serve como uma espécie de modelo convergente. Um modelo como a infância do aluno imaginário do preceptor (Rousseau mascarado), o seu Emílio.

Mas Emílio é essencialmente agressivo, pois, na premissa inicial de sua natureza que se diz boa, ele depende da negatividade conclusiva e complementar de sua afirmação. É como se proferisse: “Eu sou bom, portanto tu és mau.” (ROUSSEAU, 1976, p. 100). Quem é o mau para ele? O homem? A sociedade? O clero? Os médicos? O Estado? Os



filósofos? O pai e a mãe não podem ser porque “Emílio é órfão. Não importa que tenha pai e mãe. Encarregado dos deveres deles, herdo todos os seus direitos.” (ROUSSEAU, 2004, p. 33). Nesse caso, os homens, em toda a sua coletividade, são os maus para *Emílio*, uma vez que esses representam um sentido negativo da valoração e que apenas têm por função complementar a afirmação da premissa inicial. Isso quer dizer que certo poder gregário, capaz de categorizar os homens, foi uma das estratégias usadas por Rousseau para fazer valer uma espécie de igualdade natural, uma comunhão social para alcançar os direitos institucionais de toda a coletividade e, desse modo, reorganizá-la. Entretanto, não devemos confundir o *mau*, de Emílio, com o *bom* dos homens e o *bom* dos homens com o *mau*, de Emílio, pois a subversão modelar de um infantil bom não é exercida diretamente desse para o homem e nem mesmo a trajetória de sua infância dá-se sem a intervenção de um terceiro elemento. O terceiro elemento, nesse sentido, é o seu próprio preceptor, que o conduz pelas veredas da formação. Então, o preceptor da infância é tão importante para os homens quanto a valoração afirmativa da própria infância.

Um povo infantil

Entendemos onde Rousseau quer chegar. Se o preceptor é importante para Emílio, as instituições sociais devem ser importantes para os homens, porque esses são como uma infância desgarrada de seu próprio sentido. Eles precisam de uma segurança maior para reorganizá-las, um poder gregário capaz de igualar seus objetivos e representá-los em todas as suas manifestações. Tal poder procede da interiorização da negatividade potencial, uma vez que extrai as “forças ativas” (DELEUZE, 1976, p. 33) das diferenças substanciais, passando, assim, a projetar, nas supostas instituições democráticas, formas de controle das coletividades. Formas que são excessivamente o produto de “forças reativas” (DELEUZE, 1976, p. 33), subvertidas em suas atividades genéricas de adestramento e seleção. Assim como Emílio é órfão, os homens também são órfãos culturalmente, na medida em que são incapazes de produzir seus próprios valores culturais. Logo, a infância produzida por Rousseau não se refere apenas aos infantis, mas como potência de infantilização e de afirmação dos valores morais, ela estende seu significado

a todos os homens, já que são dependentes do amparo das instituições. Temos, aqui, um verdadeiro povo-criança.

A história desse povo-criança ou povo-rebanho não começou, porém, com o Emílio, de Rousseau. Foram necessários dois séculos de ressentimento judaico-cristão para que a fórmula suprema do ser infantil sustentasse: “Eu sou bom, portanto tu és mau.” (DELEUZE, 1976, p. 100). E, com isso, convertesse todo seu ressentimento, sua impotência ante os valores nobres, para uma fórmula madura que postula, sobretudo, a agressividade como uma premissa positiva. Mas uma premissa que nem sempre teve essa mesma direção, muito menos significou uma fonte de valoração positiva, tampouco serviu como expressão fundante do ser infantil. Se essa fórmula é um produto maduro do ressentimento, é porque ela partiu de uma fórmula anterior, daquela que diz: “Tu és mau, portanto eu sou bom.” (NIETZSCHE, 1998, p. 100). Por meio dessa fórmula tudo muda de lugar. O negativo passa para as premissas, e o positivo passa para a conclusão, mas a conclusão é apenas das premissas negativas. De modo que, agora, o essencial está no negativo, e o positivo só existe por sua própria negação. Percebemos, nesse sentido, a maestria de Rousseau em relação à infância. Ele perverte o produto ficcional da fórmula histórica do ressentimento judaico-cristão, fazendo com que a infância reivindique sua condição de existencialidade, porque é produto de uma valoração positiva. Em termos metafísicos, é como se a infância passasse de seu estado de não-ser para o de *ser*.

Portanto, a importância da obra *Emílio ou Da Educação* é inestimável para o ser infantil da pedagogia moderna. Entretanto, as sementes lançadas para essa valoração positiva da infância não estão na obra de Rousseau. Se foram precisos dois séculos de ressentimento, são dois séculos anteriores à obra do romântico genebrino. Com isso, chegamos a outra obra tão importante para o legado de todos os princípios educativos modernos, como para a construção do ser infantil. Uma obra que pretende a salvação da humanidade pela via educativa, que coloca a responsabilidade pela regeneração dos povos, marcados pelo pecado original, na possibilidade de escolarização dos infantis. Para isso, essa obra mescla princípios cristãos com orientações didáticas, sendo praticamente impossível separar um do outro, já que educar e salvar têm o mesmo sentido. Tal obra foi escrita por um pastor protestante de confissão calvinista, em meio ao agitado barulho da Reforma Protestante. Chegamos, assim, à *Didática magna*, de Jan Amós Comenius.

Comenius *versus* Rousseau

A *Didática magna* pode ser talvez o produto mais expressivo da fórmula: “Tu és mau, portanto eu sou bom”, pois movimenta as figuras do “niilismo cristão” (NIETZSCHE, 2001) na constituição dos valores morais para a infância. Por meio dessa fórmula, o ressentimento, por exemplo, condena toda e qualquer realidade aparente, fazendo com que o poder ficcional das forças reativas projete uma imagem invertida da realidade, como o paraíso celestial ou a ideia de um reino de paz, amor e fraternidade na Terra. Para isso, ele deve impedir a ação das forças ativas, deve negá-las na sua espontaneidade original, separá-las de toda sua potência afirmativa. É somente com esse trabalho do negativo que as forças reativas triunfam. Por isso, as premissas da fórmula devem expressar essa reação e negação para obter uma conclusão positiva. Uma positividade que, entretanto, é movida pelo mais profundo espírito de vingança, pelo ódio contra tudo aquilo que afirma a vida incondicionalmente. Devemos perguntar, assim: *quem é esse que se diz o bom e julga os outros como maus?* No caso da *Didática magna*, esse que se diz o bom é provavelmente alguém próximo de um sacerdote ascético, uma vez que esse concebe um não eu ou uma não realidade em proveito de um eu em si mesmo e de uma suprarrealidade. Refere-se, portanto, ao próprio adulto, senhor das práticas pedagógicas, enquanto o atributivo de mau pode ser perfeitamente designado para os infantis, porque estão marcados pelo pecado original.

Mas a marca do pecado original na *Didática magna* vai sendo lentamente interiorizada por um degrau superior do ressentimento. Um degrau que representa uma das mais hábeis criações cristãs, pois torna o próprio corpo humano uma medida de valor, capaz de suportar e aceitar o próprio sofrimento. Um sofrimento que tem na redenção do próprio Cristo o seu modelo exemplar, na medida em que seu martírio representa uma dívida infinita para todos os cristãos. Isso faz com que a culpa que era atribuída aos outros na expressão: “É por tua culpa!” (ressentimento) converta-se em: “É por minha culpa!” (má-consciência). (NIETZSCHE, 1998, p. 100). Aí está uma das grandes invenções da *Didática*, de Comenius. Ela produz a má-consciência do infantil no interior dos mecanismos de escolarização e, com isso, subjugam as forças ativas do infantil fazendo com que esse aceite, por vontade própria, a via da educação escolarizada como condição para redimir sua culpa. Essa culpa,

portanto, dobra de proporção, uma vez que a possibilidade de alcançar o reino de Deus depende do caminho da instrução.

Uma culpa que, dois séculos após a *Didática magna*, de Comenius, vai ser totalmente redimida do infantil por um personagem chamado Emílio, de um escritor chamado Rousseau. Esse escritor vai reverter a má-consciência comeniana para mudá-la de direção, como se a forma de produzir a valoração do infantil passasse do negativo para o afirmativo e, assim, a fórmula moral do ressentimento recebesse uma dimensão ética. Pois, agora, é o próprio corpo infantil que serve como modelo de formação para todos os homens, já que “toda maldade vem da fraqueza; a criança só é má porque é fraca. Tornai-a forte e ela se tornará boa”. (ROUSSEAU, 2004, p. 56). Ao Deus de Comenius, Rousseau responde com um sujeito que se pretende autônomo, cidadão e cômico de seus direitos e de suas obrigações para com as instituições sociais. Na verdade, o Deus é o mesmo, ele apenas muda de nome, mas continua a ocupar o mesmo lugar. Ele ainda está ali, porque nenhum dos dois teve coragem suficiente para negá-lo em toda sua extensão, tampouco para descobrir o que havia no fundo da caverna platônica. Preferiram ambos, portanto, dizer da formação do infantil tendo um Deus por testemunha e personagem de sua obra.

Um Deus que não é mais do que uma máscara no meio de muitas máscaras. Um Deus que tem muitos nomes e os usa quando mais lhe convém, na ocasião mais apropriada. Por isso, não existe um ser infantil que ocupe o lugar de modelo produtor de valoração, capaz de fazer convergir sobre si mesmo todos os atributos que dele se fala ou se escreve. A diferença, por exemplo, entre Comenius e Rousseau pretende deslocar esse suposto polo de valoração, invertê-lo, trocá-lo de lugar, como se o *bom* de um passasse a ser o *mau* de outro e vice-versa. Mas, mesmo assim, de um plano ao outro, permanecem alguns elementos de fundação do próprio pensamento e, também, da escrita. Uma escrita e um pensamento que procuram preencher um grande vazio existencial, cicatrizar a ferida da culpa original, movimentar um profundo instinto de rebanho, para fugir talvez de si próprio e de tudo aquilo que o atormenta incessantemente. Isso quer dizer que a má-consciência, como consciência negativa do próprio corpo, não apenas continua na obra de Rousseau, mas dobra de tamanho e proporção. Ela passa a produzir, desse modo, um povo-infância, carente, oprimido, incapaz, inseguro, apolítico, e cada vez mais à procura de um Deus.

Considerações finais

Somente alguém profundamente marcado pela culpa existencial é capaz de sair à procura de si mesmo e, nessa errância infinita, criar, através de sua própria escritura, um eu ficcional para ocupar o lugar do eu da vida real. Por isso, Rousseau, sentado no bosque perdido, com a folha que julgava branca, escreve que escreve. Escreve até fundir-se com aquilo que escreve, porém o fim de sua escrita nunca é o fim de sua história, mas cada vez mais é o presente da palavra que se converte num personagem real. Assim é Emílio: uma infância que existe naturalmente em todo lugar, porque é construída num processo de linguagem, que diz na primeira pessoa aquilo que gostaria de ouvir para preencher o medo de si mesmo. Como histórias de ninar que contamos para as crianças até que o sono as domine por completo e as leve para o sem-fundo da caverna platônica, para trazê-las novamente, no dia seguinte, com mais alegria. Desse modo, Rousseau poderia ter escrito algo como: *Meu Emílio é feito de palavras, mas preciso cuidar de toda a má-influência das palavras, porque as palavras também dizem muitas mentiras, por isso devo também calar algumas palavras, elas são perigosas para meu Emílio, mas se calar essas palavras fico também sem palavras para dizer, e não posso responder a todas as angústias que me atormentam, e não posso preencher o vazio de Emílio com as palavras que gostaria de preencher, então preciso cada vez mais das palavras, porque essas palavras me acalmam, porque essas palavras assumem o lugar de minha própria voz, já que não posso falar aquilo que gostaria de falar, mas posso escrever aquilo que gostaria de escrever, posso contar a mim mesmo a infância de Emílio, porque assim eu acalmo minha inquietude, mas essa história não tem fim e eu não tenho calma, por isso preciso continuar a escrever, porque a escrita me acalma, mas novamente tudo retorna, e preciso falar, mas não posso falar, preciso gritar, mas não posso gritar, preciso fugir, mas não posso fugir, mas posso escrever, porque a escrita me acalma, então não estou mais só, mas tudo retorna, e estou só...*



Referências:

COMENIUS, J. A. *Didática magna*. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: M. Fontes, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. de Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffyli Dias. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Crepúsculo dos ídolos (ou como filosofar com o martelo)*. Trad. de Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. *O Anticristo*. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: M. Fontes, 2004.



Recebido em agosto de 2009 e aprovado em outubro de 2009.